

## SESSÃO DE ABERTURA



**Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Teresa Ambrósio**

*Presidente do Conselho Nacional de Educação*

Senhora Secretária de Estado da Educação e da Inovação

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia

Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte

Senhores responsáveis e autoridades autárquicas e escolares

Senhores Conselheiros

Senhores Professores

Senhora Secretária-Geral do Conselho Nacional de Educação e todos quanto a apoiaram tanto aqui na Maia, como em Lisboa, na preparação deste seminário

Meus Senhores e Minhas Senhoras

Insere-se este seminário numa série de encontros para reflexão e debate que o Conselho Nacional de Educação vem realizando há alguns anos e que foram concebidos pelo seu anterior Presidente, o Prof. Marçal Grito, hoje Ministro da Educação.

Tinha-se em vista, com estes seminários, promover o encontro entre os Senhores Conselheiros e outros responsáveis da educação ou de outras áreas com ela relacionada, em lugares e contextos diversos, procurando confrontar com realidades múltiplas as matérias discutidas na sede do Conselho Nacional de Educação, em Lisboa, em ambiente asséptico ou pouco matizado pelos problemas concretos do quotidiano educativo.

Creio, pela leitura das actas - à disposição de todos os presentes lá fora -, dos dois seminários anteriormente realizados: *Educação, comunidade e poder local*, em 1994, aqui perto, no Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo e *Educação e meios rurais*, em 1995, em Évora, com a colaboração da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, bem como pelo relato de muitos que nesses seminários participaram, terem sido alcançados os objectivos esperados.

Ao tomar posse como Presidente do Conselho Nacional de Educação, estava já este seminário pensado, completando assim uma análise dos problemas e caminhos do desenvolvimento da educação em paralelo com o desenvolvimento das comunidades e destas com características geo-socio-culturais no seio das quais essa educação se processa.

É, pois, consciente do interesse e pertinência da temática que aqui hoje nos reúne - *A Educação e os Meios Urbanos* - que o Conselho Nacional de Educação dá assim continuidade a uma iniciativa que só não se realizou mais cedo pelas vicissitudes do largo interregno que veio a verificar-se nas actividades do Conselho.

Permita-se-me, pois, que agradeça deste modo a todos os que tornaram possível a realização deste seminário, de cujo valor e oportunidade dos resultados não duvidamos que vão ser alcançados.

Uma palavra especial quero dirigir à Senhora Secretária de Estado, que com a sua presença e em representação do Senhor Ministro da Educação, nos exprime o apoio e a certeza de que contribuimos deste modo para o debate mais alargado que a actual equipa ministerial tem promovido sobre a centralidade da escola enquanto espaço educativo singular, de características múltiplas, onde verdadeiramente assenta a política educativa e onde todos são chamados a participar enquanto actores educativos, quaisquer que sejam as suas funções ou responsabilidades. Não é demais lembrar que, embora centradas essencialmente na escola, a educação e a formação, que hoje não podemos separar, constituem um bem comum que a todos e em todos os lugares diz respeito.

Ao Senhor Presidente da Câmara da Maia, Prof. Vieira de Carvalho, agradecemos também toda a cooperação e o apoio logístico que nos concedeu. São conhecidos de todos nós as preocupações, o interesse, o empenhamento pela resolução dos problemas da educação tantas vezes expressamente manifestados por V.Ex.<sup>a</sup>. e a sua presença hoje, também, na abertura deste seminário é, mais uma vez, um exemplo estimulante para todos nós.

A abordagem da problemática das áreas metropolitanas dos centros urbanos de vária dimensão dos nossos dias não podia deixar de ser apresentada neste seminário por individualidades que, pelas funções que exercem na vida política ou académica, possuem a informação sistematizada, a reflexão e a competência reconhecidas para o fazer. Basta lembrarmo-nos que esta problemática constituiu o tema da última Conferência das Nações Unidas, realizada em Istambul, a *Habitat II*, significando desta forma a prioridade de atenção de todas as nações para os caminhos patentes de evolução das áreas urbanas nos nossos dias, caminhos cheios de potencialidades, mas também de perigos graves.

Mas também os novos referenciais para avaliação das finalidades, dos objectivos, das metas, da qualidade da educação/formação em todas as suas modalidades e para todos os grupos sociais e para todos os grupos etários que, por força da globalização da sociedade e das interdependências acrescidas nos nossos dias entre nações, sobretudo para aquelas que se encontram no espaço europeu, não poderão deixar de ser apresentadas aqui e debatidas também por quem vem dedicando a atenção e o estudo a estas matérias.

Por isso, a todos os intervenientes muito obrigada pela vossa disponibilidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Agir localmente com plena noção da responsabilidade de autonomia, exercendo assumidamente o direito e o dever do cidadão, quer ele seja professor, pai, autarca, empresário, sindicalista, etc., na escola, da escola pré-primária à escola universitária, ser capaz de iniciativas inovadoras não nos iliba, antes pelo contrário, de tentar ver projectada a nossa acção a nível regional, nacional, à dimensão europeia ou mais alargada ainda. Donde o exercício de debatermos e reflectirmos em conjunto esta dupla dimensão, a evolução e consequentes problemas actuais das áreas urbanas, e a evolução e consequentes desafios do que é hoje pedi-

do à educação e formação, vai com certeza conduzir-nos, não à solução imediata a certos problemas do dia-a-dia com que deparamos, mas, assim o desejamos, para o alargamento do quadro de soluções múltiplas, experimentais talvez, provisórias muito provavelmente, mas que, prevendo o mais longo prazo, não travem a inovação, não impeçam que o futuro seja diferente e melhor que o presente.

Senhora Secretária de Estado da Educação e Inovação  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Gostaria de ser aqui hoje não uma figura interventora, mas apenas a expressão de garante da promoção a todos os níveis do debate, da reflexão, enriquecidos pelos contributos preciosos dos estudiosos e responsáveis institucionais reconhecidos de participação que compete ao Conselho Nacional de Educação assegurar.

Termino, pois, fazendo votos para que, em conjunto, consigamos, no meio de tantos problemas que se deparam hoje nas cidades, problemas de exclusão, de insucesso, de marginalização, de insegurança, de inadequação escolar, que caracterizam por vezes a imagem da escola, aquela representação social da escola degradada das cidades, imagem mediaticizada pelos multimedia e que persiste no nosso consciente colectivo, que consigamos, apesar disso, fazer emergir uma imagem da educação na e da cidade através de múltiplos meios, espaços, oportunidades, acontecimentos; uma nova imagem possível e desejável da cidade educativa, da cidade qualificante, até porque, no mais profundo de nós, existem energias e somos portadores e dinâmicas sociais que mais ou menos todos partilhamos.

Como é possível hoje organizar a cidade como espaço educativo? Como pode a educação ser pilar do desenvolvimento equilibrado das cidades? Como pode a educação dos meios urbanos adquirir níveis desejáveis de qualidade, aquela qualidade de horizontes abertos a que os nossos jovens aspiram e que são capazes de alcançar se persistirmos nos cami-

nhos da inovação? Só através de uma educação de qualidade, que poderá ser alcançada no seio de comunidades que atingiram já uma vivência, uma organização, uma expressão de qualidade de cidadania. Educação de qualidade sem qualidade no exercício da cidadania de todos os parceiros da educação não me parece ser possível alcançar.

O que hoje aqui estamos fazendo, Meus Senhores e Minhas Senhoras, debatendo enquanto responsáveis da educação e responsáveis da cidade, os problemas e os futuros é um exercício da nossa plena cidadania. Simultaneamente, é expressão do processo contínuo da nossa própria formação.

Em nome do Conselho Nacional de Educação e de todos os Senhores Conselheiros que o constituem, desejo votos de excelente trabalho.

Muito obrigada.

---

**Prof. Doutor José Vieira de Carvalho**

*Presidente da Câmara Municipal da Maia*

Senhora Secretária de Estado da Educação e Inovação  
Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação  
Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte  
Excelentíssimas Autoridades  
Senhores Professores  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

As minhas palavras serão necessariamente breves e é natural que assim suceda. Na sessão de abertura deste seminário as palavras substanciais pertencerão, como uma delas já pertenceu, à Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof<sup>a</sup>. Maria Teresa Ambrósio, e à

Senhora Secretária de Estado da Educação e Inovação, Prof<sup>ª</sup>. Ana Benavente.

Para mim fica essencialmente uma palavra de boas vindas a todos os participantes e uma palavra de congratulação pela importante temática que lhe serve para reflexão, problemática que, como é conhecido, se epigrafa de modo alargado "*Educação e meios urbanos. Problemas e caminhos do desenvolvimento*" e nesta reflexão objectiva, meditar sobre a situação dos meios urbanos enquanto espaços físicos, espaços económicos, espaços sociais e espaços culturais, sobre o seu dinamismo positivo e negativo, sobre os seus problemas e sobre a sua relação com os meios conexos suburbanos e rurais.

Nesta reflexão objectiva, também, perspectivar as metas e as vias para o desenvolvimento integrado e participado dos meios urbanos à luz de uma necessária política de ordenamento do território e de correcção das assimetrias desse mesmo território.

Nesta reflexão objectiva, ainda, divulgar projectos e referências de desenvolvimento local em meios urbanos, com particular atenção à construção de escolas como espaços de convivialidade e de integração.

Nesta reflexão objectiva, também e ainda, debater o papel da educação na prevenção da insegurança, da toxicodependência e da marginalização nos grupos infantis e juvenis.

Nesta reflexão objectiva, e finalizo a enumeração de objectivos, meditar sobre as relações entre a cultura escolar e a cultura das minorias, sejam estas de ordem social, de carácter étnico ou de teor religioso.

Tudo questões da maior actualidade e da maior importância para o tempo presente e para a construção sustentada e ansiosa do futuro visível. Por isso me congratulo por esta iniciativa do Conselho Nacional de Educação.

A problemática que este seminário vai equacionar prende-se muito particularmente com as mais básicas preocupações dos responsáveis pela administração local e regional e por isso mesmo esteve muito recente-



mente presente em vários propósitos no âmbito das organizações internacionais e/ou comunitárias, que cada vez mais vêm acentuando a sua importância basilar na compreensão do presente e na dilucidação e gestação do futuro.

Em todo o caso, e apesar de todos os vendavais, mantém-se actual a clássica definição de Wilkheim segundo a qual a educação é a acção exercida pelas gerações adultas sobre as que não se encontram ainda preparadas para a vida social, tendo por objectivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio espacial a que a criança particularmente se destina.

Nesse sentido, falar de educação em meios urbanos pressupõe uma definição concreta do universo a que justamente chamamos meio urbano. É que, como bem sabemos, os problemas da educação de um meio de 10 mil habitantes, e já parto de um meio urbano significativo, são bem diferentes dos problemas que se nos deparam ou que se nos apresentam no meio urbano com 200 mil ou com 2 milhões de habitantes. Mais, debruçarmo-nos sobre as questões suscitadas numa cidade desenvolvida do litoral é inquestionavelmente diferente do que acontece se o alvo for uma pequena vila do interior.

No geral, a abordagem da problemática da educação na África Central e em tantas outras áreas do mundo tem de ser feita numa óptica completamente diversa do que sucede quando essa abordagem tem como local de referência os países desenvolvidos e industrializados da Europa, da Ásia ou da América do Norte. É óbvio que as condições geográficas, as condições económicas, as condições culturais, os próprios condicionamentos demográficos têm profundas influências nas questões educativas, com destaque natural e consequente para a própria inserção social. É que, de certa forma, como dizia Paulo Freire, *ninguém educa ninguém, ninguém é educado por ninguém, todos são educados por todos, em sociedade*. Aliás, na mesma linha de pensamento, embora por outras palavras, o mesmo foi dito pelo antigo bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ao afirmar que *a sociedade deseducada torna-se sociedade deseducadora*.

É certo que, apesar das diversidades enunciadas e de tantas outras que se poderiam elencar, haverá denominadores comuns em toda esta problemática. Como exemplo, as grandes distâncias que por vezes separam a casa da escola, se não distâncias quilométricas, distâncias temporais, traduzidas nas dificuldades dos transportes, nos seus custos e nas suas demoras.

É o sobredimensionamento comum à maior parte dos edifícios escolares, edifícios constituídos ou construídos a uma escala sobre-humana que, por isso, reduzem os jovens estudantes à expressão mais simples e que dificultam a sua inserção e o seu enquadramento. São eles próprios factores claramente inibidores...

É a massificação, a despersonalização e a impossibilidade de uma essencial relação afectiva dos professores e dos alunos com todo o cortejo de consequências negativas que a questão transporta.

São os eufemisticamente chamados flagelos sociais - a droga, a prostituição, o alcoolismo, o tabagismo, que têm uma mais clara incidência nos meios urbanos e aos quais se junta a insegurança e a violência dentro e fora da escola, constituído tudo um sério condicionalismo negativo. É o desemprego, atenuável nos meios mais pequenos e bem menos camuflável nos grandes meios urbanos.

Mas a educação em meios urbanos possui também alguns aspectos positivos em relação aos pequenos meios rurais.

É, por exemplo, a existência de um corpo docente mais estável e mais qualificado, bem como a existência de mais laboratórios e de outros equipamentos.

É a possibilidade de actividades complementares de formação, línguas, música, desporto, informática, bem como o acesso a bibliotecas e museus e a maior diversidade e qualidade de realizações e acontecimentos e espectáculos de índole cultural.

É a maior proximidade de parques industriais e tecnológicos, fornecendo ao aluno uma visão-tipo de uma sociedade tecnicamente avançada.

A educação do futuro tem que fazer o equilíbrio entre todos estes factores, tem que minimizar o negativo, espalhando e generalizando quanto possível o positivo. A educação é um processo bivalente de personalização e de sociabilização, é uma mistura de fazer, de saber-fazer e de saber-ser. Tem como objectivo fazer com que o indivíduo se assuma como pessoa estruturada que domina valores e atitudes, saberes e técnicas, capacidades e competências, e que é capaz de se integrar positivamente na sociedade com um espírito crítico, inovador, criativo e participativo.

Educação e sociedade agem e reagem uma sobre a outra, provocando naturalmente a mudança, que se processa por vezes de forma surpreendente, quando não mesmo de forma radical. Um pequeno acréscimo no raio da técnica ou da tecnologia alarga desde logo, em quantidade como em qualidade, a circunferência que limita o círculo do progresso e do desenvolvimento.

O desenvolvimento é parcialmente um produto da transformação da vida social, que se traduz na existência de um nível suficiente de capacidade científica, técnica e tecnológica. Daí a necessidade de a educação proporcionar uma formação escolar, uma formação técnico-profissional e uma formação humanística.

A formação escolar e técnico-profissional deve preparar para a mudança, isto é, aprender a aprender. Deve permitir ganhar uma capacidade de interpretar novas situações e de responder a novos desafios, com soluções teórico-práticas adquiridas, mas acrescidas de adaptação e de inovação. A formação humanística não carece de adaptações ou de inovações. As matrizes culturais que herdámos do cristianismo e do judaísmo, da Grécia e de Roma, e até da civilização árabe, são suficientes para balizar a nossa educação e para humanizar as nossas práticas e vivências, como a verdade e a justiça, o bem e o belo, a democracia e a solidariedade, a segurança e a prosperidade, aos quais podem juntar-se outros ou outras como a liberdade e a qualidade de vida, a defesa do ambiente e o bem-estar.

O desenvolvimento não pode significar apenas mudança, o desenvolvimento tem que significar fundamentalmente evolução.

Obrigado.

---

**Prof<sup>a</sup>. Doutora Ana Benavente**

*Secretária de Estado da Educação e Inovação*

Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação

Todos os convidados e participantes neste seminário

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, que hoje aqui nos recebe.

Este seminário pode aparecer como simétrico do que se realizou há pouco mais de um ano na cidade de Évora e no qual os intervenientes foram convidados a debruçar-se sobre o tema *Educação e meios rurais. Problemas e caminhos do desenvolvimento*. Na ocasião foi lida uma mensagem do então presidente do Conselho Nacional de Educação, de que retiro duas perguntas, que poderão permitir fazer a ponte para as temáticas que hoje vão ser aqui abordadas.

Perguntava então o Prof. Marçal Grilo: *Como conferir à educação no processo de desenvolvimento dos meios rurais a possibilidade de uma intervenção eficaz, integrada e participativa, sem cairmos em qualquer ilusão pedagógica, como se a educação fosse a panaceia para todos os males?*

Esta pergunta vale também para a discussão do papel e funções da escola em meio urbano, para o debate em torno desta realidade múltipla que é a urbanização acelerada do país, com o seu cortejo de novos fenómenos e movimentos sociais aparentemente tão inesperados como ameaçadores: das famílias unitárias e monoparentais à explosão do tráfego e consumo de drogas duras, passando pelas incivildades quotidianas, pelas manifestações mais ou menos abertas de violência racista à imagem recorrente de uma sociedade cada vez mais seccionada entre os eleitos e os excluídos, entre os jovens adoradores do sol e dos desportos

radicais e uma população idosa abandonada aos acidentes de uma assistência ocasional.

Tudo nos sugere que a sociedade urbana vive uma crise que afecta profundamente a escola. Que tal crise seja percebida como crise da escola, da sua autoridade e dos saberes que promove e veicula, eis o que deve merecer uma séria reflexão.

Quando nos perguntamos quais os caminhos da educação em meio urbano, o primeiro aspecto que devemos reter é a universalização dos problemas por força da mediatização da vida social, da sua figuração imaginária, da sua encenação através dos poderosos meios de comunicação de que dispomos. A sua força devolutiva tem sido sobrevalorizada em detrimento da sua aptidão para criar, na verdadeira acepção da palavra, o mundo que retrata, que é virtualmente o mesmo na sua figuração mediática para o jovem de Amarante, para o adolescente de Gaia, do Porto ou de Lisboa, embora o não seja na sua efectividade existencial e quotidiana.

A violência do fechamento comunitário é mais intensa na pequena povoação que em tempos recusou conviver com 2 jovens seropositivos, na aldeia que recusa acolhimento a uma família cigana ou na comunidade religiosa que reclama para si o exclusivo da representação do bem?

A construção de uma identidade sob a forma da recusa ou da negação do outro é bem o sinal de que a cidade, enquanto comunidade civil universal, é sempre uma promessa por concretizar entre consciências livres. Esta dificuldade de ver o outro como membro de uma mesma humanidade, para lá das diferenças de cor, de credo ou de condição social, será porventura o aspecto mais importante da nossa contemporaneidade.

A cidade acentua de forma agressiva a perplexidade que as novas intolerâncias suscitam, pois estas vivem paredes meias com certo tipo de discurso multicultural, de tal forma sofisticado que parece inspirar-se directamente nos piores avatares da nova direita, um discurso da diferença, que é também discurso da separação, um discurso antidemocrático,

meio constatação etnológica da diferença evidente, meio justificação envergonhada das piores exclusões.

A quem trabalha nas escolas não poderemos nunca dizer de maneira suficientemente convicta senão o seguinte: não há justificação ideológica, científica, moral, política ou de qualquer outra espécie para a exclusão ou para o tratamento do outro senão como detentor dos mesmos direitos e deveres perante a comunidade em que nasceu ou em que escolheu viver.

Esta mensagem tem de ser audível também para os que, detendo ou não responsabilidades políticas, ajudam a dar forma às cidades em que vivemos. As cidades são, desde sempre, o melhor de todos os lugares para o encontro com o que de melhor as sociedades edificam. As cidades sempre foram promessa de conforto, de liberdade, de acesso ao conhecimento, de emancipação social. Nelas se disputaram as mais ferozes lutas políticas, nelas se construiu o mundo em que hoje vivemos. Mas as cidades podem também ser o torvelinho mortal que envolve os deserdados, o lugar das grandes desordens, dos apelos securitários, da perda de referências, do mergulho no que outrora se chamou a multidão solitária. E, sendo tudo isso, são também hoje o lugar mais inesperado do tam-tam tribal, do desafio permanente à simples ideia de uma ordem legítima e de uma autoridade legítima.

A devolução da escola urbana a si mesma, uma escola democrática que, portanto, é também inevitavelmente uma escola de massas, passa pela compreensão empenhada de que não pode partir da escola a edificação de uma sociedade responsável, onde impere o primado do saber e da autoridade legítima. Por mais que se queira, a escola só pode ser parte de um esforço partilhado que envolve o pai, a mãe, o autarca, o polícia, o juiz, o vendedor de jornais, o professor, o jornalista, o enfermeiro, o sábio.

Em primeiro lugar, há que conceder à escola a possibilidade de se confrontar com uma sociedade que se responsabiliza pelos seus cidadãos, não uma sociedade repentista e absentista que oscila permanentemente entre o arrebatamento conservador e a contestação a toda e qualquer

forma de autoridade pedagógica. A escola terá, assim, que viver em plenitude a sua diferença enquanto instituição, terá que ser protegida pelas autoridades públicas e terá também que ser um espaço público, com tudo o que isso comporta de direitos e de deveres expressamente enunciados. Por isso, a escola só pode ser o último lugar de renúncia perante a indiferença ou a ilusão pedagógica de que falava o nosso ministro.

A educação não pode substituir uma sociedade inteira que não sabe como relacionar-se com os jovens e parece receosa de caminhar para além das referências herdadas do autoritarismo paternalista, do clientelismo e do caciquismo, que fizeram a inferioridade cívica de milhões de portugueses.

O anterior presidente do Conselho Nacional de Educação perguntou, ainda: *Como desenvolver, face ao crescimento das cidades e aos movimentos demográficos para as periferias urbanas, espaços rurais em que a relação próxima com a natureza não dispense condições de vida compatíveis com a dignidade humana, designadamente de ordem educativa?*

Marçal Grilo tocava, sem dúvida, na grande questão que hoje se coloca especialmente nas periferias esquecidas das grandes cidades. Os jovens, mergulhados nos seus grupos de pertença, sem contacto continuado com as outras gerações em cidades-satélite que já nem o são, de tal forma a malha humana se transformou num imenso *patchwork*, reclamam uma outra mensagem da sociedade, assente no apreço pela beleza e pela integridade das coisas que todos partilhamos, aquilo a que alguns já chamam "mobiliário urbano". Reclamam, ainda, que essa mensagem assente no respeito pela integridade moral e social das crianças e dos jovens e que aponte decididamente para uma sociedade de partilha intergeracional.

Quando ontem consultava um texto de 1976 sobre a vida, os adolescentes e as crianças nas cidades encontrei a seguinte passagem: *Que espaços há na cidade para os nossos jovens? Onde estão os espaços de brincadeira, de jogos? As cidades estão dominadas pelos adultos, pelos automóveis, e pelos edifícios.* Há 20 anos dizia-se isto e as nossas crianças e os nossos jovens vivem realmente isolados, muitas vezes em espaços educativos fora do que

é a vida quotidiana das cidades. Talvez pela própria dimensão das escolas, em que estão muito habituados e socializados no ruído e na confusão, apreciam muitíssimo meios como são os dos grandes centros comerciais.

Ora, os valores da cooperação e da solidariedade deverão imperar ao lado do escrupuloso respeito pela necessária imparcialidade da lei e de um não envergonhado respeito pelo conhecimento. Não esqueçamos que a escola tem, sobretudo, esta função. Cabe-lhe também a socialização e a edificação moral e cívica das crianças e dos jovens, mas não pode desistir daquilo que é a sua tarefa fundamental, ou seja, o conhecimento e o saber.

No campo e na cidade confrontamo-nos com o problema da exclusão, o qual interroga as políticas e interroga as práticas. Gostava de vos dizer, de modo muito sintético, aquilo que do nosso lado, do lado das políticas, neste momento procuramos fazer em resposta ao fenómeno da exclusão:

Por um lado, territorializar. Que significa isto? Encontrar sentido nas ligações entre diversas escolas, mas também entre diversas instituições educativas e culturais com aquilo que é o tecido urbano, neste caso, em que se vive. É por isso se lançou um projecto - *Os territórios educativos de intervenção prioritária* - que, para além desta procura de constituir instituições e espaços educativos, procura também articular projectos, como o *Educação para a saúde*, *Educação para todos*, etc., que se constituíram para dar respostas a problemas internos ou externos à escola. O projecto *Educação para todos* procura dar resposta a um problema que é fundamentalmente produzido pela escola - o abandono escolar e o insucesso escolar - e a *Educação para a saúde* procura dar resposta a um problema que surgiu na própria sociedade, a toxicod dependência.

Ora, os territórios educativos de intervenção prioritária são um desafio para articular as respostas que estes projectos puderam construir ao longo dos últimos anos, cada um no seu espaço, cada um com a sua lógica, cada um com as suas estruturas.



A segunda perspectiva que estamos a desenvolver tem a ver com o enriquecimento da vida da escola e daquilo que lá se faz. Vai-se iniciar, já nas próximas semanas, uma revisão participada dos currículos e dos programas, que tem a ver com o questionamento da relação com o conhecimento. Não é possível continuar a acrescentar matérias, que são sobretudo informativas, quando aquilo que está em jogo hoje é uma relação com o saber, distinta do que era no passado.

A construção dessa relação com o saber exige aprendizagens, exige informação, mas exige, sobretudo, uma relação com o conhecimento, de procura do conhecimento, de tratamento desse conhecimento, de utilização desse conhecimento, que ultrapassa muito aquilo que foi a informação que nós recebemos para efeitos de a devolver - e alguns de nós conseguimos construir uma relação com o saber para além desse conhecimento -, noção que dominou aquilo que foi a escola há 30 ou 40 anos.

Uma outra perspectiva tem a ver com o enriquecimento do espaço de vida escolar e isso traduz-se nomeadamente numa procura de generalizar o desenvolvimento pessoal e social, a disciplina, que foi criada e nunca concretizada em todas as escolas. Há que, gradualmente, assegurar a sua presença em todas as escolas. Nós acreditamos que o desenvolvimento pessoal e social é tudo o que se faz na escola, é toda a vida escolar, é, nomeadamente, a relação que se constrói ou não com o conhecimento e com o saber. Mas a existência de professores com uma formação específica e com um tempo previsto na escola para abordarem questões da sociedade, da vida colectiva e da vida individual, poderão naturalmente ser um espaço que facilita uma vida escolar mais consistente com aquilo que são estas orientações da cooperação, da solidariedade.

O apoio à inovação local é também uma perspectiva importante, a partir de respostas que se vão construindo no terreno, e há muitas. Foi assim que noutros países se avançou para a construção de uma escola aberta à comunidade. Na viagem para aqui, estive a ler um texto sobre a célebre experiência da Escola de Vitrouve, em França, e como essa há

muitas outras. Trata-se de, em situações de exclusão extrema, na grande cidade, procurar construir uma escola que lhes dê resposta e que as integre de modo crítico, inteligente e através do questionamento. Essa escola de Vitrouve, que existe há mais de 20 anos, é pura e simplesmente isto: no que diz respeito aos conteúdos, modos de trabalho e modos de organização, construir respostas dentro da escola que correspondem às necessidades actuais das populações que frequentam a escola, das crianças, dos jovens, das suas famílias e de toda a comunidade.

No que diz respeito ao apoio à inovação local, temos no sistema educativo respostas muito ricas, muito interessantes, muito positivas e muito adequadas, porque nascem na realidade e são construídas na prática, não são tiradas de livros para efeito de uma generalização formal. Este tipo de apoio parece-nos também um contributo importante para a construção de respostas a todos estes desafios.

E, finalmente, o trabalho conjunto com outras instituições e com outros espaços sociais. Eu não acredito numa escola total, que procura ocupar totalmente o tempo das crianças e dos jovens. Torna-se por vezes assustador que, face aos problemas actuais, se diga: a escola, a escola, a escola. A escola, como eu disse nesta breve intervenção, pode muito, mas não pode tudo. Tem que assumir o seu lugar e a sua quota-parte de responsabilidade na resposta a estes novos desafios, mas sozinha pode relativamente pouco e, portanto, o trabalho com outras instituições, com outros espaços sociais, que está presente nos territórios e que está presente em muitas inovações a nível local, é seguramente o único caminho para que a escola, tal como outros espaços, tal como outras instituições, seja capaz de construir respostas àquilo que são os desafios que se põem hoje em meio urbano.

Queria terminar dizendo à Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação e outros seus membros aqui presentes que destes debates, das reflexões, assim como dos pareceres do Conselho - por vezes mais técnicos, mas que sei por experiência própria que são sempre formulados e elaborados na perspectiva daquilo que é ou deve ser a escola e a educação, os seus limites e as suas potencialidades em democracia - e

das outras suas actividades esperamos contributos não só para a acção política, como também para a acção social. Só entre várias instituições, vários parceiros e vários espaços poderemos ir construindo respostas adequadas, ainda que pioneiras, ainda que de efeito demonstrativo, mas que nos dêem esperança de que a cidade seja realmente o grande espaço de partilha intergeracional, de acesso à cultura e ao conhecimento e de qualidade de vida, que o Senhor Presidente da Câmara da Maia aqui referiu.

Obrigada. Bom trabalho.

